

9º CNP

Congresso Nacional de Profissionais

Engenharia Ameaçada

Augusto Celso Franco Drummond
Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros

São preocupantes, no curto prazo, as perspectivas para a engenharia brasileira. Os fatos apontam nesta direção: a grave crise que paralisa a economia e o escândalo da Petrobras – o chamado petróleo. Esse cenário lamentável exige a mobilização da sociedade brasileira, pois, lembremo-nos, a engenharia é o principal motor da inovação, do desenvolvimento de tecnologia e da agregação de valor aos produtos em nosso país e em todo o mundo. A engenharia brasileira, portanto, é um patrimônio nacional que precisa ser preservado.

Os dados que realçam as atuais dificuldades econômicas estão sobre a mesa. Este ano, como admite o próprio Banco Central, o crescimento do PIB será negativo, configurando um ambiente no qual os consumidores não compram, as empresas não produzem ou produzem menos, e a economia para, ampliando o risco de crescimento do desemprego.

Para a engenharia, por motivos específicos – e a crise da Petrobras é um deles -, a situação é ainda mais delicada. Registre-se, desde logo, que concordamos integral e incondicionalmente com o entendimento predominante na sociedade brasileira de que os chamados “desvios de conduta” ocorridos – roubo, omissão e comportamentos correlatos – devem ser punidos exemplarmente, de acordo com a legislação. Essa é a nossa posição, uma vez que a corrupção disseminada causa grandes prejuízos ao Brasil e aos brasileiros, sobretudo aos mais necessitados.

No entanto, é preciso refletir com isenção, bom senso e equilíbrio sobre essa realidade. A Petrobras e todas as demais empresas envolvidas nesse triste episódio não devem ser consideradas responsáveis – as causadoras – pelos desvios constatados. Na verdade, a direção e postura que essas empresas assumem são sempre ditadas por seus dirigentes e executivos. É o chamado fator humano que faz com que o interesse pessoal em obter vantagens espúrias se sobreponha ao interesse coletivo. São eles, portanto, se esse for o entendimento da justiça, que devem ser responsabilizados por seus atos.

Punir as empresas nada resolve – apenas contribuiria para agravar ainda mais a crise econômica, na medida em que acarretaria a interrupção de obras, dificultando o início de outras e com um impacto negativo em cascata sobre as pequenas e médias empresas, muitas delas subcontratadas pelas grandes empresas. Além disso, as empresas sob investigação no episódio da Petrobras têm interesse em outros campos de atividade econômica, que acabam também por sofrer um efeito paralisante e devastador, inclusive sobre empregos de qualidade, como é o caso da engenharia. É, com certeza, um cenário ruim para a economia e pior ainda para o Brasil. Devemos agir para reverter esse cenário, não para agravá-lo.



Congresso Nacional de Profissionais

São muitos os desafios a serem vencidos. É notória a demanda reprimida por obras de infraestrutura e de apoio ao setor produtivo – energia, estradas, portos, ferrovias, aeroportos e tantos outros. Além disso, no campo da formação profissional de engenharia a situação brasileira é, igualmente, extremamente desfavorável em comparação com países com os quais concorreremos. As estatísticas indicam que para cada 50 formandos em nosso país, apenas um está atuando na área da engenharia – a Coréia forma quatro vezes mais engenheiros, a Rússia forma o triplo e a China, 12 vezes mais. Hoje, conforme indicam estudos da CNI, considerando um crescimento normal da economia, o Brasil precisaria formar 60 mil engenheiros a cada ano – o dobro da capacidade atual de nossas universidades. E há, ainda, o desafio de capacitá-los adequadamente para o exercício profissional.

Cumpra, portanto, preservar a engenharia brasileira. Momentos de incertezas como o que vivemos hoje, em razão da paralização da economia, criam também janelas de oportunidades que precisam ser bem aproveitadas. É hora, por exemplo, de investirmos em treinamento pensando no futuro e de aplicar o conhecimento tecnológico de engenharia para aprimorar a manutenção de equipamentos e instalações na indústria, o que não foi possível fazer, no passado recente, exatamente para não parar a produção. O momento é também de aproveitar eventual capacidade ociosa existente para inovar e implantar tecnologias necessárias à modernização dos processos industriais, visando ao aumento de produtividade. O que não se pode, sobre qualquer pretexto, sob pena de incorrer em crime de lesa-pátria, é permitir o sucateamento da engenharia brasileira, que é, sem dúvida, poderoso instrumento de desenvolvimento, de bem-estar social e de elevação da competitividade da economia nacional.